

O papel do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo para o SINAES

Gerson Martins

Resumo

O Fórum Nacional de Professores de Jornalismo nasceu de uma demanda dos professores pela qualidade e qualificação do ensino de jornalismo. Nesse contexto atua também com reflexão sobre os processos de avaliação como fator imprescindível para se conseguir qualificar os cursos. O novo sistema de avaliação do governo denominado Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, conforme estudos realizados pelo FNPJ, apresenta uma série de inovações e, substancialmente apesar de forma incipiente, melhorou em relação ao sistema anterior. O FNPJ, nesse aspecto, tem uma importante tarefa, seja na análise e discussão do sistema oficial, seja na compilação de um sistema de avaliação autônomo. Assim, a história da entidade demonstra essa potencialidade como também a responsabilidade e o interesse dos professores de jornalismo na qualificação da formação superior em jornalismo e na resolução de problemas que, muitas vezes, são comuns a vários cursos, a vários professores.

Palavras-chave: Ensino de jornalismo. Profissão jornalista. Avaliação da educação superior. Formação superior em jornalismo.

 Ministério da Educação divulgou há alguns anos e os jornais deram um destaque aos novos parâmetros de avaliação do ensino superior no país. As opiniões divulgadas daqueles que analisaram os novos procedimentos e não participaram da comissão que produziu o documento retratam, em muitos casos, um retrocesso nos procedimentos de avaliação. De outro lado, análises realizadas preliminarmente por um grupo de professores em comissão constituída pelo Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ), a Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) mostraram que o Sinaes tem aspectos positivos e denotam uma evolução nas estruturas e processos de avaliação da educação superior, até o momento elaboradas pelo governo. Houve, inclusive, uma manifestação curiosa do grupo dos estudantes que distribuiu caranguejos na frente do prédio do Ministério em Brasília, numa clara demonstração de reprovação dos novos parâmetros, sugerindo, na figura do caranguejo, o retrocesso anunciado antes pelos analistas de plantão.

O novo sistema, como foi anunciado no documento SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, da maneira como foi concebido e organizado, ou seja, por um grupo representativo de todos os segmentos que participam da estrutura de educação universitária no país, veio para ficar. A estrutura composta pelo Exame Nacional de Cursos – ENC (Provão), Avaliação das Condições de Ensino – ACE e o programa PAIUB

formataram um sistema de avaliação do ensino superior que, se não provocou mudanças estruturais nas instituições de ensino superior, despertou muita preocupação e mudanças de atitudes e procedimentos, comprovando que o ensino superior no Brasil necessita de acompanhamento rigoroso e sistemático. O conjunto Provão / ACE / PAIUB atingiu seus objetivos e deveria ser melhorado, não destituído.

O SINAES e o chamado PAIDEIA – Processo de Avaliação Integrada do Desenvolvimento Educacional e da Inovação da Área – deveriam, preliminarmente falando, ser discutidos, tal sua ampla base teórica, mas sem aplicação na realidade necessária de aferição de qualidade da educação superior. Contudo, não será essa a realidade e o sistema foi implantado a partir de sua aprovação no Congresso Nacional, o que parece ser mais conveniente, dada a rapidez e a necessidade urgente de implantação do novo sistema, com o objetivo de acomodar os interesses econômicos que movem as instituições de ensino superior.

Nessa perspectiva, o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo tem uma tarefa e uma importância capital. Em nenhum outro momento, desde que foi concebido, em 1994, num seminário realizado pelo Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo – LABJOR/UNICAMP, por iniciativa do professor Dr. José Marques de Melo, o FNPJ foi tão necessário como agora para contribuir com um processo de avaliação eficaz dos cursos de jornalismo. O Fórum Nacional de Professores de Jornalismo tem um papel importantíssimo no conjunto do novo sistema de avaliação da

educação superior. Desde 2001, o Fórum tem se reunido de forma sistemática, congregando professores, pesquisadores e profissionais para discutir fundamentalmente a formação superior em jornalismo. A partir desse ano, os pesquisadores de jornalismo podem contar com um espaço próprio para debater a pesquisa na área, embora o espaço do FNPJ privilegie o debate da pesquisa como processo inerente à formação. Em 2002 os professores de jornalismo se reuniram em Porto Alegre, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para debater a “Ética no jornalismo, qualidade no ensino”. O conferencista convidado foi o professor da Escola de Comunicações e Artes da USP, Bernardo Kucinski.

No ano seguinte, em 2003, o encontro nacional aconteceu em Natal, organizado pela Universidade Potiguar com o apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O tema geral desse encontro tratou da “Formação do jornalista e a regulamentação profissional” em conferência realizada pela professora da Escola de Comunicação do UFRJ, Ana Arruda Callado.

Em 2004, o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo se reuniu na Universidade Federal de Santa Catarina, entre os dias 18 e 20 de abril, na sétima reunião dos professores jornalistas, para debater “Os desafios do ensino de jornalismo na transição tecnológica”. A conferência principal do evento foi realizada pelo professor e pesquisador português Nelson Traquina. Como a qualificação do ensino de jornalismo passa também por sua avaliação externa e auto-avaliação, o debate sobre o SINAES foi um momento privilegiado do encontro.

No ano de 2005 o Encontro Nacional de Professores de Jornalismo foi realizado em Maceió, organizado pela Universidade Federal de Alagoas. Para o 8º Encontro Nacional de Professores de Jornalismo foi convidado como conferencista principal o jornalista Zuenir Ventura, que tratou do tema “Formação e Responsabilidade”.

E em 2006 o 9º Encontro Nacional de Professores de Jornalismo aconteceu no interior do estado do Rio de Janeiro, em Campos dos Goytacazes, organizado pela Faculdade de Filosofia de Campos, que integra o Centro Universitário Fluminense. Nesse encontro professores, pesquisadores e jornalistas debateram o tema “Novas Tendências no Ensino de Jornalismo”, a partir da conferência realizada pelo professor Dr. Eduardo Meditsch, da Universidade Federal de Santa Catarina, atual coordenador do primeiro Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* de mestrado em Jornalismo.

Em 2007 o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, por meio dos debates, palestras, apresentação de trabalhos de pesquisa, de experiência didático-pedagógica, comemora os 60 anos do ensino de jornalismo no Brasil. O 10º Encontro Nacional de Professores de Jornalismo tem como conferencista o presidente da Intercom e professor da ECA/USP e Umesp, Dr. José Marques de Melo.

O 10º Encontro Nacional de Professores de Jornalismo (10º ENPJ) ampliou sua estrutura e buscou, além dos Grupos de Trabalho (GTs), marcar seus trabalhos em sessões mais específicas,

que tratam de questões relacionadas diretamente à qualidade do ensino de jornalismo. O evento promoveu um debate entre os coordenadores de curso de Jornalismo, também uma outra sessão em que reuniu alguns programas de pós-graduação *stricto sensu* que possuem linhas de pesquisa em jornalismo, como o programa da UnB, com a participação do recém-criado mestrado em Jornalismo da UFSC, considerado um marco para a consolidação do campo do jornalismo como área de pesquisa no país. Foram também objetos de sessões de debate a proposta dos docentes para um programa nacional de estágio acadêmico em jornalismo, a reunião dos avaliadores in loco dos cursos de jornalismo a partir do Banco de Avaliadores do Sinaes (BASis) do Inep, assim como um painel sobre “O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e o ensino de jornalismo”.

Assim como nos encontros nacionais anteriores, a partir do ENPJ de Maceió, o FNPJ consolidou parcerias com a Agência de Notícias dos Direitos da Infância por meio de uma sessão denominada “Colóquio Andi” e com a Federação Nacional dos Jornalistas – Fenaj, por meio do painel denominado “Pré-Fórum da Fenaj”. Todos os textos de conferências e dos trabalhos apresentados nesses Encontros Nacionais estão disponíveis no sítio web do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, no endereço: <http://www.fnpj.org.br>.

O Fórum Nacional de Professores de Jornalismo deve avaliar o SINAES

O Fórum de Professores de Jornalismo e, em decorrência, o conjunto de professores jornalistas, de profissionais do jornalismo e de pesquisadores da área deverão conhecer todos os itens e perspectivas do SINAES, para que esse sistema não produza engodos no campo da formação superior em jornalismo e contribua com tudo aquilo que os profissionais, professores e pesquisadores repudiam como, por exemplo, o exercício irregular da profissão, a existência de laboratórios precariamente estruturados ou, ainda pior, a inexistência de laboratórios, a falta de qualificação acadêmica dos professores e inúmeras outras situações. Assim, será importante que os participantes do próximo encontro do Fórum discutam os novos parâmetros de avaliação dos cursos e se comprometam a acompanhar todos os processos avaliativos. Será necessário, assim como ocorreu em 2001, no Fórum de Campo Grande, entre os professores de jornalismo das instituições federais de ensino superior, que o conjunto de participantes do Fórum tenha voz junto à SESu e/ou INEP, organismos responsáveis pelos processos de avaliação, para que o sistema não produza deformações nas estruturas dos cursos. O FNPJ tem a responsabilidade de preservar a qualidade mínima da formação jornalística. Essa responsabilidade está agora caracterizada também numa intervenção no novo sistema de avaliação que, se for concretizado, efetivamente vai menosprezar a qualificação acadêmica, principalmente nas instituições privadas,

além de caracterizar como insignificante a pesquisa no ensino universitário. Em outras palavras, professores com mestrado ou doutorado serão considerados caros para a estrutura das escolas, sem necessidade ou obrigatoriedade de mantê-los, e a pesquisa terá seus recursos mínguaos ou extintos em comparação com as necessidades dos processos de ensino.

O Encontro Nacional de Professores de Jornalismo deve reservar um momento para o debate do sistema de avaliação, não podendo se omitir dessa questão. Deve também produzir um documento sobre o assunto, pontuando suas prerrogativas e posições e encaminhá-lo ao órgão responsável pelo Sinaes. Nesse ínterim, cabe aos participantes do FNPJ a reflexão, o debate e a crítica ao sistema, como formas de contribuir para a busca da eficiência da avaliação e até mesmo sua reformulação.

Os professores, pesquisadores e profissionais de jornalismo não podem ficar isentos da reflexão e das atitudes em prol da manutenção e ampliação da qualidade dos cursos de jornalismo, conseguida por demanda do provão e da avaliação das condições de ensino, a partir da implantação da estrutura do Sinaes. No que tange ao ensino de jornalismo, as representações de categoria formalizadas na Fenaj, no Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, na Associação Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo – SBPJor e na ENECOS devem estar vigilantes para preservar um sistema de avaliação eficaz e que produza resultados.

A Formação Superior em Jornalismo e a precariedade do exercício profissional

Quando escrevi o último texto sobre a precariedade do jornalismo e o surgimento do jornalista precário, não pude considerar algumas variáveis que se estabeleceram entre a produção do texto e sua efetiva publicação. Infelizmente, há um espaço de tempo considerável entre essas duas etapas e isso pode ocasionar ou ainda surgir novas situações que corroboram com a reflexão que fazemos ao escrever um artigo. Foi o que aconteceu. No ínterim do artigo, tive contato com alguns “jornalistas precários” que, para minha surpresa, estavam fazendo curso superior regular de jornalismo. Um desses, infelizmente, depois que conseguiu o registro precário abandonou o curso. Esse fato confirma nossa perspectiva de um jornalista débil, conforme definição do Aurélio.

Durante a realização da 1ª Semana de Jornalismo de Mato Grosso do Sul, promovida pelo Curso de Jornalismo da Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande, todos os conferencistas, nomes conhecidos no cenário nacional, como Sidney Rezende, Roberto Cabrini, Rubens Valente e Oscar Ramos Gaspar, confirmaram a imperiosa necessidade da formação superior em jornalismo, sob pena de causar sérios prejuízos à sociedade brasileira. Em todas as palestras as reflexões se desenvolveram no mesmo sentido: a necessidade e a importância da formação universitária do profissional de jornalismo. Roberto Cabrini afirmou, por exemplo, que há muito publicitário fantasiado de jornalista. Muitos daqueles

que se dizem jornalistas fazem na realidade, em seus textos, publicidade de seus amigos ou daqueles que pagam suas matérias.

O jornalista deve, acima de tudo, buscar a verdade dos fatos. O jornalista precário que possui a perspectiva do publicitário, até mesmo porque recebeu sua designação de “jornalista” por um consentimento dos amigos, não tem qualquer compromisso com a verdade. Não tem critérios para estabelecer a verdade dos fatos. Sua “verdade” é dependente do ângulo em que observa os fatos e dos mimos que recebe diariamente. Essa situação do jornalismo nos centros regionais ou de menor porte resulta num jornalismo pobre, onde os elogios aos amigos tornam-se corriqueiro. É o colunismo social de pior qualidade travestido de jornalismo. A designação, a identidade jornalista se transforma nessas situações em sinônimo de “jabá”, para usar um termo do vocabulário do jornalismo.

Jabá é um outro capítulo na história do pseudojornalismo. O que é jabá? Todos os jornalistas conhecem bem esse termo. Ele faz parte da gíria jornalística e diz respeito aos favores ou mesmo recursos monetários que “jornalistas” recebem para falar bem de uma pessoa ou publicar informações dessas pessoas ou instituições a que são ligadas. Segundo Carlos Alberto Rabaça e Gustavo Guimarães Barbosa (2001), “jabá” é uma forma abreviada de jabaculê e quer dizer corrupção no serviço de um profissional em uma emissora radiofônica, principalmente no favorecimento à divulgação de determinada música, disco ou artista. É o pagamento “por fora” a programadores, incluem-se jornalistas, disc-jóqueis ou a própria direção da emissora, para veiculação de determinados

fonogramas, ou para a divulgação de determinadas informações, no caso do jornalismo. Esse recurso, nada ético, do pseudojornalismo é uma constante em muitas situações. Até mesmo assessores de imprensa o utilizam quando contratam campanhas publicitárias e recebem das agências um “mimo” para garantir o contrato da empresa em que trabalha o assessor.

Diante desses fatos, podemos afirmar que temos um jornalismo ético, responsável, de credibilidade? O maior bem de um jornalista ou de uma empresa jornalística é a credibilidade. Perdendo esse bem não haverá publicidade, apoio político ou qualquer outro recurso que recupere o leitor, o público consumidor do jornal. O jornalista tem o dever de expressar a verdade, publicar a verdade. Não existe negociação para esse “lema” do jornalismo. Senão isso, só restará um panfleto que alguns insistem em chamar de jornal. Não tenho dúvida de que essa responsabilidade social, um capítulo amplo e profundo da formação em jornalismo, somente estará garantida com aquele profissional de jornalismo que passou pela formação superior. As justificativas que dizem que, para ser profissional, é preciso “amassar o barro” não têm qualquer fundamento, pois o médico, o engenheiro ou o advogado não necessitam “amassar o barro” para provarem sua competência ou sua responsabilidade perante a sociedade, para a qual e na qual têm o dever político, social e moral.

O Fórum Nacional de Professores de Jornalismo se consolidou como espaço de reflexão e debate da formação em jornalismo. O evento realizado em Florianópolis, estado de Santa

Catarina, entre os dias 19 e 20 de abril de 2004, quando reuniu cerca de 300 professores e profissionais de jornalismo, firmou posição como um espaço específico para os formadores dos futuros jornalistas. A participação e a qualidade dos trabalhos apresentados nos cinco Grupos de Trabalho do evento reafirmaram essa condição. Apesar da escassez de recursos para a participação nos eventos e dos altos custos de transporte e hospedagem, a presença dos professores foi significativa e representou adequadamente o mapa do Brasil. Participaram professores/jornalistas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Brasília, Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Piauí, Amazonas, Rio Grande do Norte, entre outros.

O evento realizado em Florianópolis foi o marco da institucionalização do FNPJ como espaço dos professores de jornalismo. Os professores foram unânimes em relatar que os encontros do FNPJ são momentos privilegiados para encontrar companheiros que têm questões semelhantes a serem resolvidas e, neste evento, conseguem facilmente realizar essas discussões. Em comparação com outros eventos de comunicação, o Fórum é um espaço pequeno, em que se destaca a qualidade em relação à quantidade. No Congresso da Intercom, por exemplo, um dos principais eventos de comunicação no Brasil, devido a seu gigantismo não mais é possível o encontro de “velhos amigos”, companheiros que compartilham reflexões e práticas da formação em jornalismo. Muito mais do que isso, o Fórum Nacional de

Professores de Jornalismo é um evento em que se discute a formação jornalística. Apesar de se realizar, em 2007, o 10º ENPJ, no formato atual o Fórum tem apenas seis anos. A ponto de partida desse modelo de encontro aconteceu em 2001 na cidade de Campo Grande onde, de forma ousada, foi proposta a realização de um encontro de professores de jornalismo, em continuidade ao Seminário das Diretrizes Curriculares realizado na PUC-Campinas, sob a coordenação do professor Juliano Carvalho, e ao Seminário de Professores de Jornalismo, que aconteceu na cidade de Belo Horizonte, fruto da necessidade de reunir os professores em local e data que não fosse o congresso da Intercom. Em 2001, foram convidados os professores Eduardo Meditsch, Sandra Freitas, Carmen Pereira e Victor Gentilli para auxiliar na organização do encontro de Campo Grande. O então 4º encontro de professores de jornalismo foi um sucesso e determinou definitivamente a necessidade de reunir esses profissionais a cada ano, principalmente porque a formação e a atividade jornalística estavam suscitando muitos debates devido às constantes crises, seja por conta dos processos de avaliação dos cursos, seja pelas perspectivas da atuação profissional do jornalista. Na avaliação do encontro de Campo Grande, enfatizou-se que seria muito importante abrir espaço para o debate das questões da formação por todos os participantes, proporcionando voz ativa aos mesmos, não sendo apenas receptores de conferências e palestras, resultados de reflexões distantes das realidades dos que estavam ali presentes.

Nesse sentido, a criação dos Grupos de Trabalho, organizados pela primeira vez no 5º ENPJ, em Porto Alegre, e agora sedimentados em Natal, Florianópolis, Maceió, Campos e Goiânia, foi e é um momento privilegiado. Ainda há um longo caminho a percorrer. A própria organização dos Grupos de Trabalho sempre gera excelentes discussões em cada plenária.

Produção e fluxo da informação: a qualidade da formação jornalística

No momento em que discutimos o reconhecimento social, mais do que isso, a responsabilidade social das práticas profissionais orientadas, ou seja, dos profissionais liberais, compete-nos também refletir sobre a responsabilidade social do jornalista e, antes disso, a formação do jornalista como causa dessa questão. Uma profissão considerada de grande relevância social pelas implicações que seu exercício coloca à sociedade em geral.

A importância do diploma para o exercício do jornalismo, mais do que nunca, é um imperativo. Não se concebem mais profissionais que não tenham essa condição. As empresas, de um modo geral, exigem de seus profissionais a formação universitária, em todas as áreas. Por que não exige-la do profissional que trabalha com a informação e, portanto, deve estar muito bem preparado? Exemplos existem em que esse tipo de profissional conseguiu, pelo seu trabalho, destruir empresas e, conseqüentemente, pessoas, por informações infundadas, mal produzidas, mal distribuídas. É uma

profissão de extrema importância na sociedade da informação, a sociedade do século 21. Costuma-se dizer que um jornalista é jornalista 24 horas por dia, equiparando-se à profissão médica, tal a importância e responsabilidade do profissional.

Assim, discutir a validade da exigência do diploma para o exercício profissional é balela, da mesma forma que não se discute a exigência de diploma (leia-se formação superior, universitária) para a classe médica. Essa questão está resolvida. Ponto final. O que cabe sim discutir e buscar o aprimoramento, a qualidade é a formação em si, como as escolas estão formando os futuros jornalistas. Nesse aspecto aconteceram diversos encontros que reuniram jornalistas profissionais, professores de jornalismo, pesquisadores, cientistas e tantos outros. Um desses encontros ficou marcado na história da formação em jornalismo: um seminário realizado em Campinas (PUC Campinas) em abril de 1999 estabeleceu os parâmetros básicos para a estruturação dos cursos de jornalismo. Esse encontro foi de uma importância tal que o seu documento de conclusão foi tomado como base para a confecção do documento Diretrizes Curriculares para o Ensino na área de Comunicação, aprovado na íntegra, pelo Conselho Nacional de Educação inicialmente, mas que depois recebeu diversas alterações. Uma das alterações significativas está no enunciado do documento que suprimiu o texto original, no qual constava:

O presente texto de Diretrizes Curriculares para a área da Comunicação e suas habilitações estabelece um padrão básico de referência para todas as instituições que mantenham Cursos de Graduação em Comunicação com habilitações

em Jornalismo, Relações Pública, Publicidade e Propaganda, Cinema, Radialismo, Editoração, ou outras habilitações pertinentes ao campo da Comunicação que venham a ser criadas. Suas especificações e critérios são igualmente válidos para os Cursos que se constituam exclusivamente como uma habilitação específica ou que se identifiquem como Curso Superior de uma das denominações de área no campo da Comunicação. (grifo nosso)

O texto atual, em tese, impossibilita a criação de cursos que sejam bacharelados específicos das atuais habilitações, porque se limita a cursos de Comunicação e suas habilitações.

Além da limitação imposta às novas propostas de cursos, as Diretrizes Curriculares se tornaram documento básico e fundamental para os processos de avaliação. Nesse aspecto, é imperativo e urgente que as entidades do campo do jornalismo reivindiquem a revisão das Diretrizes. O Sinaes é um sistema implantado e, na perspectiva do governo atual, perene. Ele foi aprovado pelo Congresso Nacional, e não somente no âmbito do Ministério da Educação, e será apropriado que as entidades do campo do jornalismo realizem a revisão das Diretrizes que, por extensão, serão utilizadas como parâmetro para as avaliações in loco dos cursos, assim como para o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

Sobre as Diretrizes Curriculares para a área de Comunicação é importante mencionar, e isso diz respeito às inúmeras tentativas do campo do jornalismo para constituir diretrizes específicas, que a Câmara de Educação Superior publicou a Resolução nº 10, de 27 de

junho de 2006, em que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Cinema e Audiovisual. Essa Resolução é precedência para que as entidades do campo consigam aprovar diretrizes específicas para os cursos de graduação em Jornalismo. Tanto quanto as áreas do Cinema e do Audiovisual, o Jornalismo possui um campo consolidado de ensino, pesquisa e atividade profissional. Não há profissão de comunicólogo. As profissões regulamentadas são Jornalismo, Publicidade, Relações Públicas (que tem Conselho Profissional), Radialismo e outras. Essa Resolução do CNE/CES possibilita, a partir da mobilização dos professores, pesquisadores e profissionais, por meio de suas entidades a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Jornalismo.

Desde o início da formação universitária do jornalista, todos os professores, coordenadores, dirigentes, pesquisadores devem ter sempre presente o aspecto da qualidade do profissional que está sendo formado. Essa perspectiva não mudou. Melhor, ganhou força e tomou novos rumos. A base dessa formação, situada na estruturação da grade curricular e na disponibilidade de bons laboratórios, teve um avanço significativo. A oferta de disciplinas específicas de jornalismo no primeiro semestre do curso, a inserção de disciplinas que proporcionam instrumentais técnicos de forma mais equilibrada no decorrer dos cursos e de maneira mais significativa demonstram e vão ainda demonstrar que excelentes profissionais estarão no mercado nos próximos anos. No curso, os alunos, desde o primeiro período, tomam não somente contato, mas

estudam efetivamente disciplinas específicas da formação que escolheram, sem correr o risco, como é comum, infelizmente, da dúvida em saber qual o curso fazer e ter – na época dos cursos com o chamado tronco comum – que esperar ainda de 1,5 a dois anos para enfim conhecer as "coisas" do jornalismo. Outro aspecto interessante desses cursos está em seu corpo docente. Mesmo no início do segundo período, o curso deve ter professores jornalistas em seu quadro, enquanto muitos até mesmo com turmas formadas não têm mais do que três professores jornalistas. Nesse aspecto costumo, sempre dizer em aula: alguém viu nos classificados, principalmente nos jornais, algum anúncio procurando comunicador? Posso estar errado, mas em toda minha vida profissional só me deparei com anúncios procurando jornalistas, publicitários, etc.

Contudo, a preocupação com a qualidade da formação do jornalista não se esgota nesses aspectos. Tratando-se de uma profissão de caráter social, a reflexão dos procedimentos, a pesquisa – que no Brasil dá primeiros passos para a consolidação – devem ocupar um lugar de destaque. Devemos qualificar os futuros profissionais de jornalismo, sempre buscando novos horizontes, novas perspectivas que melhorem a atuação, o conhecimento, as relações dos profissionais para, em conseqüência, dar uma contribuição efetiva, real para o desenvolvimento social em todos os níveis.

Essas preocupações, essas reflexões e, mais do que isso, mesmo as ações que visem à qualidade, vão minimizar os

procedimentos de um pseudojornalismo, aquele praticado na troca de vantagens e, pior, aquele que constantemente obtém ganhos financeiros com a prática da venda de espaço jornalístico. Ou ainda pseudoprofissionais que se mantêm em estruturas arcaicas por força de coação ou, como se fala nas "rodas de conversa", aqueles que têm "cartas na manga". Esses procedimentos podem ser qualquer coisa, nunca serão jornalismo.

Práticas como as descritas anteriormente têm os dias contados, felizmente. A consolidação do campo do jornalismo vai, de uma forma crescente, fazendo desaparecer o pseudojornalismo, o pseudoprofissional ou o jornalismo travestido.

Considerações finais

A qualidade da formação em jornalismo, a qualificação dos professores-jornalistas e os sistemas de avaliação propostos determinam para a instituição, entidade Fórum Nacional de Professores de Jornalismo um papel, uma função imprescindível e insubstituível. No bojo do crescimento desordenado dos cursos de Jornalismo e na irresponsabilidade de dirigentes e até mesmo avaliadores que autorizam ou reconhecem cursos sem as condições mínimas de funcionamento, os professores de jornalismo, representados pelo FNPJ, têm uma tarefa árdua, necessária e importante.

Esses motivos e os analisados neste texto, somados às novas características do processo de avaliação da graduação no país, identificado pelo Sinaes, é que determinam para o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, sustentado no conjunto dos professores-jornalistas, profissionais de jornalismo e pesquisadores da área, uma ação enérgica para coibir a criação de novos cursos e a paralisação do ingresso nos cursos em funcionamento que não demonstrem capacidade de infra-estrutura geral para a responsável qualificação do jornalista.

Se faz necessária imediata sinergia entre as entidades do campo do jornalismo para instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Jornalismo. Se há diretrizes para o curso de Cinema e Audiovisual, por que não podemos tê-las para Jornalismo? Isso pode ser concretizado numa ação conjunta das entidades do campo. As diretrizes são matrizes para o processo de avaliação que, tal como posto, não avalia as especificidades dos cursos de Jornalismo. A instituição de diretrizes específicas vai reforçar a perspectiva de reconhecimento das agências de fomento para o Jornalismo como produtor de conhecimento e assim contribuir para uma sociedade mais justa, democrática, com pleno acesso aos meios de comunicação.

A aprovação, pela Capes, do Programa *stricto sensu* de mestrado em Jornalismo da UFSC significa um reconhecimento da consolidação do campo de pesquisa. Esse fato se junta ao trabalho da Fenaj pelo reconhecimento do diploma como única forma de exercício profissional, que, de forma mais amadurecida, poderá

implicar na realização de um exame para qualificar os egressos dos cursos de jornalismo para o mercado profissional, tal é a importância do Jornalismo para o desenvolvimento social.

Nessa linha, será importante resgatar a história do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, desde as motivações que levaram à realização do Seminário de Atualização para Professores de Jornalismo realizado pelo Laboratório de Estudos Avançados de Jornalismo, da Unicamp, em 1999, até as causas que levaram o grupo de professores que participaram desse Seminário em reivindicar um espaço de discussão nos Congressos da Intercom, assim como, posteriormente, o imperativo dos encontros isolados, realizados em Santos e Belo Horizonte.

Bibliografia

ALBERTÓS, José Luiz Martínez. **Curso general de redacción periodística**. Madrid: Paraninfo, 1993.

BARBOSA, Marialva (org.). **Estudos de jornalismo**. São Paulo: INTERCOM, 2001.

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. São Paulo: EDUSP, 1992.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Tommas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1973.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo**. São Paulo: Summus, 1993.

- DINES, Alberto. **O papel do jornal**. São Paulo: Summus, 1986.
- GENRO, Adelmo. **O segredo da pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo**. São Paulo: Hacker, 2003.
- JOBIM, Danton. **O espírito do jornalismo**. São Paulo: EDUSP, 1992.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo**. São Paulo: EDUSP, 1997.
- MACHADO, Elias (org.); PALACIOS, Marcos (org). **Modelos de jornalismo digital**. Salvador: Calandra, 2003.
- MACHADO, Elias. **O ciberespaço como fonte para os jornalistas**. Salvador: Calandra, 2003.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Jornalismo fin-de-siècle**. São Paulo: Scritta, 1993.
- MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: UFSC, 1992.
- MELO, José Marques de. **A esfinge midiática**. São Paulo: Paulus, 2004.
- RABAÇA, Carlos Alberto e BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de Comunicação**. São Paulo: Campus, 2001.
- SOUSA, Jorge Pedro de. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

_____. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2004.

TRAVANCAS, Isabel. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 1992.

VAN DICK, Teun A. **La notícia como discurso**. Barcelona: Paidós, 1996.